

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

Processo TCM nº **04516e19**

Exercício Financeiro de **2018**

Prefeitura Municipal de **IBICUÍ**

Gestor: Marcos Galvão Assis

Relator Cons. Subst. Alex Aleluia

DELIBERAÇÃO DE IMPUTAÇÃO DE DÉBITO

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e com arrimo no inciso VIII, do art. 71, da Constituição Federal, no inciso XIII, do art. 91, da Constituição do Estado da Bahia, e § 3º, do art. 13, da Resolução TCM nº 627/02, e:

Considerando as irregularidades praticada pelo **Sr. Marcos Galvão Assis**, gestor da Prefeitura Municipal de **IBICUÍ**, durante o exercício financeiro de **2019**, todas elas devidamente registradas no processo de prestação de contas E-TCM nº **04516e19** sem que, contudo, tivessem sido satisfatoriamente justificadas;

Considerando que as ditas irregularidades atentam, contra a norma legal e contrariam os mais elementares princípios de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;

Considerando a competência constitucional, no particular, dos Tribunais de Contas, e, em especial, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, nos termos do artigo 71 e incisos, combinado com a alínea “d”, do inciso III, do art. 76, da Lei Complementar nº 06/91.

Resolver:

a) **Aplicar** ao gestor, nos termos do art. 71, inciso II, combinado com o art. 76, inciso III, alínea “d” da mencionada Lei Complementar nº 06/91, **multa** no valor de **R\$8.000,00** (oito mil reais), notadamente em razão dos demais questionamentos. **Aplicar** ao gestor, com fundamento no § 1º do art. 5º, da Lei Federal nº 10.028/00, **multa no valor de R\$57.600,00 (cinquenta e sete mil, seiscentos reais), correspondente a 30% dos seus vencimentos anuais**, devido a não adoção das medidas saneadoras de que trata o art. 23, da LRF e das previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169, da Constituição da República, para recondução da despesa total com pessoal ao limite de 54%, incorrendo portanto na infração administrativa de que trata o inciso IV do art. 5º, da mencionada Lei Federal nº 10.028/00.

b) **Imputar** ao gestor, com esteio no art. 71, inciso III, combinado com o art. 76, inciso III, alíneas “b” e “c”, da multicitada Lei Complementar nº 06/91, **ressarcimento** da quantia de **R\$55.293,55** (cinquenta e cinco mil, duzentos e



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos), decorrente da ausência da planilha de medição nos processos n^{os} 145, 146, 147 e 262, devidamente atualizado e acrescido de juros de mora.

Notifique-se o Sr. Prefeito, enviando-lhe cópia do presente, a quem compete, na hipótese de não ser efetivado, no prazo assinalado, o recolhimento da quantia devida, adotar as providências pertinentes, inclusive judiciais, se necessário, no sentido de cobrá-la, já que as decisões dos Tribunais de Contas, por força do estatuído no art. 48-A da LRF e Lei Complementar n^o 131/2009, da Constituição.

SESSÃO ELETRÔNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, em 17 de dezembro de 2020.

Cons. Plínio Carneiro Filho
Presidente

Cons. Subst. Alex Aleluia
Relator

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM n^o01300-11. Para verificar a autenticidade deste parecer, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em www.tcm.ba.gov.br e acesse o formato digital assinado eletronicamente.